UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

FRANCIANA FERNANDES DA SILVA

SABERES E PRÁTICAS DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTA LUZIA (EMEIFSL) DA ALDEIA INDÍGENA DE MURATUBA ALTO TAPAJÓS, PARÁ.

Santarém
2017

FRANCIANA FERNANDES DA SILVA

SABERES E PRÁTICAS DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTA LUZIA (EMEIFSL) DA ALDEIA INDÍGENA DE MURATUBA ALTO TAPAJÓS, PARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade artigo, do curso de Licenciatura em História e Geografia, com ênfase em História, como requisito parcial para obtenção de título de licenciatura pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientador: Msc. Diego Marinho de Gois

Santarém
2017

FRANCIANA FERNANDES DA SILVA

SABERES E PRÁTICAS DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTA LUZIA (EMEIFSL) DA ALDEIA INDÍGENA DE MURATUBA ALTO TAPAJÓS, PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade artigo, do curso de Licenciatura em História e Geografia, com ênfase em História, como requisito parcial para obtenção de título de licenciatura pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

Conceito:
Data de aprovação:____/____/_____

_____
Diego Marinho de Gois – Orientador
Universidade Federal do Oeste do Pará

_____
Isabel Tereza Creão Augusto – Avaliadora
Universidade Federal do Oeste do Pará

Santarém
2017

Resumo

O respeito aos valores culturais e o uso das línguas maternas são processos próprios de aprendizagem que permitem aos povos indígenas ferramentas oficiais para a luta por uma educação específica. Neste estudo o objetivo foi destacar o processo de Etnogênese na aldeia Muratuba, evidenciar o funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Luzia (EMEIFSL) e investigar e discutir de que forma os saberes tradicionais são repassados dentro da sala de aula através da Língua Nheengatu e da disciplina de Notório Saber (saberes tradicionais). Este estudo foi construído a partir de uma pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados de maio a junho de 2017, por meio de entrevista gravada. É uma forma metodológica que consiste em entrevistas gravadas de fatos sobre acontecimentos vividos como nos aponta Verena Alberti, com base em um roteiro de perguntas previamente elaboradas. Quanto aos aspectos éticos os participantes assinaram a carta de Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral. Os resultados obtidos revelaram que a aldeia Muratuba vivencia o ressurgimento da identidade étnica (etnogênese), conforme e delineado por Vaz Filho que é marcado por um intenso processo de inovação, mediante esse contexto a escola não ensina apenas os saberes escolares, como os conhecimentos científicos, e a língua portuguesa falada no Brasil, mas agora colocaram como proposta pedagógica os próprios saberes culturais locais.

Palavras chaves: Escola. Valores e saberes tradicionais. Aldeia de Muratuba.

Abstract

The respect for cultural values and the use of mother language are proper learning processes that allow indigenous peoples to have official tools for the struggle for a specific education. In this study, the objective was to highlight the process of ethnogenesis in the Muratuba village, to demonstrate the functioning of the Municipal School of Early Childhood Education and Elementary Education (EMEIFSL) and to investigate and discuss how traditional knowledge is passed through the classroom through Nheengatu language and the discipline of Notary Saber (traditional knowledge). This study was constructed from a qualitative research. The data was collected from May to June of 2017, through a recorded interview. It is a methodological form that consists in recorded interviews of facts about lived events. Verena Alberti based on a script of questions previously elaborated. Regarding the ethical aspects, the participants signed the Clarified and the Letter of Free Assignment of Oral Deposition Rights. The results show that the Muratuba village experiences a resurgence of ethnic identity (ethnogenesis). (VAZ FILHO, which is marked by an intense process of innovation. In this context, the school does not only teach school knowledge such as scientific knowledge, and the Portuguese language spoken in Brazil, but now they have put as pedagogical proposal the own local cultural knowledge.

Keywords: School.Values and traditional knowledge.Village of Muratuba.

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, a assimilação e ressignificação cultural têm sido cada vez mais utilizadas e adequadas ao estudo de situações nas quais se leva em conta os interesses e motivações dos próprios indígenas no processo de mudança.

> É importante reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário e participar intensamente da sociedade dos não indígenas e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser indígena, mais sim possibilita o agir, sobreviver e defender seus direitos (ALMEIDA, 2010, p. 20).

No caso dos povos indígenas, a partir das mobilizações e das lutas realizadas pelo movimento indígena e indigenista, a legislação acabou garantindo uma educação específica, diferenciada e intercultural, mas usufruir desse direito ainda é um assunto que acaba gerando muitas discordância e que está longe de ser efetivado para a população indígena.

> É preciso preocupar-se com os produtos culturais que marcam socialmente o desvio operado por uma prática. As operações culturais estão relacionadas aos movimentos e trajetórias que não são indeterminadas, mas insuspeitáveis. Constituindo-se, portanto aquilo cuja formalidade e modalidades se deve estudar. (CERTEAU, 2005, p.13).

Portanto, a ideia de uma escola indígena diferenciada deve está relacionada às práticas pedagógicas próprias dos povos indígenas, onde a cultura e as tradições devem está dialogando o tempo todo com o currículo, com a escola e com a comunidade escolar. Para esses povos, a prioridade é fortalecer a identidade e promover a valorização e a continuidade de suas culturas, de suas tradições e de seus saberes. (BANIWA, 2006, p. 41).

A Constituição de 1988, e toda uma legislação decorrente desta, evidenciaram a obrigatoriedade da inserção dos saberes e práticas socioculturais indígenas na escola indígena. O Estado, as comunidades indígenas e outras instituições vinculadas a essa área de interesse, viram-se diante da necessidade de redimensionar, não só a sua estrutura organizacional, mas também o ensino predominantemente ancorado num único tipo de saber, o escolar (fundamentado em conhecimentos científicos), e também em uma única língua, no Brasil, a língua

portuguesa. Desde então, um dos desafios da prática educativa para os povos indígenas é ensinar não só os saberes escolares (os técnicos e os científicos) como outrora ocorria, mas também de forma concomitante, incorporar na sua proposta pedagógica os saberes do universo cultural de cada comunidade indígena (saberes culturais locais) (SÁ & SILVA, 2012, p.16).

A educação escolar indígena conferiu pela via educacional um padrão cultural único, que se consolidou como fundamento monocultural e como uma educação escolarizada como o local de expropriação dos saberes culturais que ao julgar a sua cultura mais significante, negou todas as demais (SA & SILVA, APUD, VEIGA NETO, p. 2003).

> Historicamente, a escola para os povos indígenas no Brasil foi marcada pela negação dos seus saberes e práticas culturais. O processo de negação dos saberes e práticas culturais indígenas, situando no contexto de uma configuração histórica da educação escolar indígena, bem como das discussões que incidiram no questionamento dessa situação exclusão, que colaboraram para fazer nascer a concepção de escola específica e diferenciada, visto que um dos pilares centrais é a inserção das práticas socioculturais indígenas no currículo escolar (SA & SILVA, 2012, p.3).

Pode- se perceber que antigamente os não indígenas pensavam em uma escola onde os indígenas pudessem se igualar, ou seja que só fossem transmitidos os conhecimentos dos não indígenas, como se só o conhecimento deles tivessem valor e o nosso não. Mas com a força do movimento indígena e com a promulgação da constituição de 1988 como foi dito acima isso começou a mudar e hoje a maioria das escolas tem uma escola “específica e diferenciada”. Claro que não é a escola dos sonhos, mas já é alguma coisa.

Com relação à elaboração do currículo, a Lei de Diretrizes e Base da Educação brasileira enfatiza, no Artigo 26, a importância da consideração das "características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" de cada escola, para que sejam alcançados os objetivos do ensino fundamental. (BRASIL, 1998, p. 33). Falando-se das escolas indígenas não basta somente que os conteúdos sejam ensinados na língua materna, mas se torna necessário inserir conteúdos dos próprios indígenas no currículo escolar e levar em consideração o modo de transmissão desses saberes.

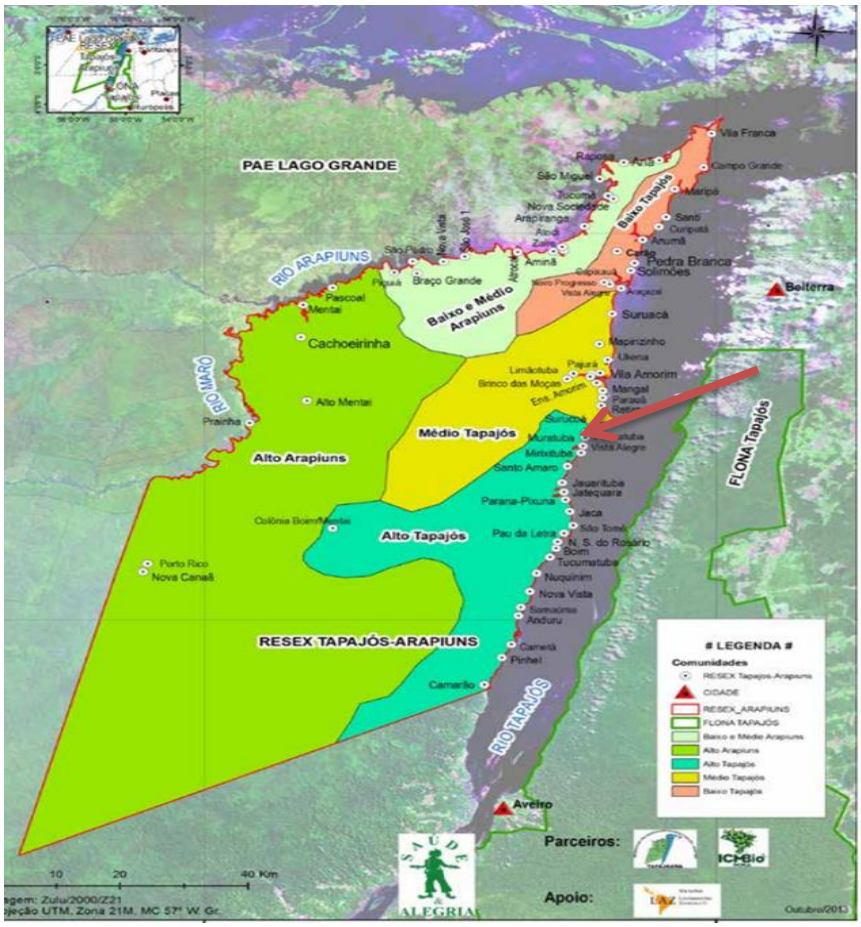
O interesse pela realização do estudo com a seguinte temática: Saberes e Práticas da Escola Municipal de Educação Infantil Santa Luzia da Aldeia de Muratuba foi motivado devido ser nativa dessa Aldeia indígena, que é da etnia Tupinambá, no Alto Tapajós e também por ter estudado na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Luzia (EMEIFSL). Na época em que estudei, por volta de 1992 á 1996, à escola ainda não era reconhecida com indígena, logo só ensinava os saberes científicos. E por perceber que essa análise é importante, pois a Aldeia de Muratuba ainda está passando por revitalização cultural, processo este pertinente à herança cultural, à memória de um povo, como os remédios caseiros, as manifestações tradicionais culturais, rituais, a espiritualidade da pajelança, a forma de interação com a natureza, refletindo toda a identidade desse povo. É relevante que haja uma proposta didática para a inserção desses saberes tradicionais nas escolas em especial nas indígenas.

Por esse motivo, o objetivo do estudo foi destacar o processo de Etnogênese na aldeia Muratuba, evidenciar o funcionamento da escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Luzia (EMEIFSL) e investigar e discutir de que forma os saberes tradicionais são repassados dentro da sala de aula através da Língua Nheengatu e da disciplina de Notório Saber (saberes tradicionais).

2. METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada na Aldeia de Muratuba, localizada no Alto Tapajós, Pará-Brasil que fica cerca de 7 horas da cidade de Santarém conforme a figura 1 evidencia no Mapa da Resex Tapajós Arapiuns:

Figura 1: Mapa da Resex Tapajós Arapiuns, No alto Tapajós está localizado a aldeia Muratuba



Fonte: Site da Resex Tapajós Arapiuns

Este estudo foi construído a partir de uma pesquisa qualitativa, por entender que essa abordagem oferece a possibilidade de investigar os fenômenos educativos em toda a sua complexidade, como afirma Triviños (2007). Os dados foram coletados de maio a junho de 2017, por meio de entrevista gravada, com base em um roteiro que serviu para orientar e direcionar a temática. Quanto aos aspectos éticos os participantes assinaram a carta de Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral. O primeiro nome dos entrevistados foi mantido mediante sua autorização. Com base na História Oral, a pesquisa foi feita através de entrevista realizada a partir da análise de fontes orais.

Segundo Ferreira e Amado na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: é resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo. (FERREIRA e AMADO, 2006, p. 14).

Narrar nossa história é quase sempre, uma tarefa elementar. Somos personagens importantes da nossa própria história. Fazer história oral não é apenas sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho, dispostos a falar um pouco sobre suas vidas (ALBERTI, 2005 p.29).

Alberti ainda afirma que:

> Não devemos pegar qualquer pessoa que apareça na nossa frente ou que se disponibilize para fazer as entrevistas, pois devem ser escolhidas pessoas que possam contribuir e ser conhecedora da pesquisa que está sendo realizada. (ALBERTI, 2005, p.31).

As narrativas de memórias indígenas são selecionadas para desenvolver a análise dos dados nessa pesquisa, pois segundo Lima & Carie:

> São aquelas que tratam da relação passado-presente e que dão explicações sobre as origens de um povo e aspectos da cultura a partir da memória coletiva de uma comunidade. Na medida em que essas narrativas de memória são tentativas de se entender o mundo em que se vive, elas dizem muito sobre a perspectiva por meio da qual os povos indígenas interpretam a sua própria realidade. (LIMA & CARIE, 2013, p. 47).

Portanto, a metodologia consistiu em selecionar professores responsáveis por ministrar disciplinas referentes aos saberes tradicionais da Escola Santa Luzia para responder um conjunto de questões devidamente elaboradas para que ao final houvesse a possiblidade de identificar aspectos da didática de cada professor que contribuem para aproximar os conhecimentos tradicionais da aldeia de Muratuba aos conhecimentos das disciplinas “Notório Saber” e Língua Nheengatu. Foram selecionados três professores, sendo estes Paulina Gabriel dos Santos (51 anos) professora de Notório Saber (saberes tradicionais) e Enaldo Colares (50 anos) professor de Nheengathu (língua materna) e a gestora da escola Graciana Fernandes da Silva (57 anos) todos nasceram e foram criados na Aldeia de Muratuba, os tornando peça chave desta investigação. Após a entrevista os dados foram confrontados com os registros históricos e o referencial teórico para extrair as conclusões relativas ao objetivo de estudo desta pesquisa.

A análise está estruturada em três momentos: no primeiro foi destacado o processo de ressignificação que a Aldeia de Muratuba está passando, no segundo

foi realizado o estudo do funcionamento da Escola Indígena Municipal de Educação Infantil Santa Luzia e sua proposta pedagógica voltada aos saberes tradicionais. E por fim, como os aldeados, juntamente com a Escola vêm trabalhando para manter essa proposta pedagógica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O PROCESSO DE ETNOGÊNESE NA ALDEIA DE MURATUBA

O movimento dos moradores de Muratuba em torno do reconhecimento enquanto aldeamento indígena na região começou no final de 1999, quando os moradores foram convidados a participar de um evento na comunidade vizinha, que atualmente é chamada de Aldeia de Jauarituba.

Segundo Vaz Filho (2010):

> Enquanto os indígenas do Tapajós insistiam na busca do reconhecimento junto à FUNAI ou enfatizavam um *resgate cultural* meio saudosista ou romântico, o discurso mais politizado dos líderes de outros povos mostrava que ser indígena é antes de tudo ter e obter direitos, e que só a pressão política conseguiria fazer o governo atender suas reivindicações. E que, ademais, era necessário aumentar as mobilizações, além dos inúmeros abaixo-assinados encaminhados para Brasília. Nesse sentido, eles trouxeram um elemento novo para a consciência política dos indígenas do Tapajós: a ideia de autonomia, como se pode deduzir de um trecho de discurso de Piná Tembé durante o IV Encontro dos Povos Indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns, realizado em Bragança, Tapajós, entre os dias 11 a 13/07/2003.(VAZ FILHO, 2010, p. 325).

A partir desse evento e de vários outros movimentos que aconteceram, foram realizadas pesquisas e estudos antropológicos com o objetivo de identificar a etnia do povo que residia na região de Muratuba, que teve seu reconhecimento enquanto aldeia indígena pela FUNAI, apenas em 2009 (SILVA et al., 2012 p. 14**).**

De acordo com Backes (2014):

> Graças à força, à luta e ao protagonismo dos povos indígenas, passou a ser um espaço/tempo de outros modos de estar nela, outros modos de educar nela, outros modos de relacionar-se com ela, outros modos de lidar com os saberes, outros modos de lidar com as epistemologias, outros modos de produzir identidades. (BACKES, 2014, p.14).

A Aldeia Muratuba passa hoje por um processo de ressignificação, ou seja, o ressurgimento de identidade étnica, processo este que chamamos Etnogênese, que é marcado por um intenso processo de inovação.

Segundo Monteiro (2001):

> A etnogênese está radicada no processo no qual pequenos bandos transformaram as suas culturas para se unir a outros grupos; abandonando suas línguas, suas práticas sociais e mesmo processos econômicos para atender as demandas da nova ordem. (MONTEIRO, 2001, p. 56- 57).

Isso só prova que esses sujeitos não estão parados no tempo, e que essa história de índio puro não existe mais, e que o tempo não parou, mais sim ocorreu um processo de transformação.

Conforme Vaz Filho (2010):

> O processo de emergência étnica dos povos indígenas do baixo Tapajós é um tempo de profundas mudanças subjaz à emergência étnica no alto Tapajós. Os espaços que até então serviam para a vivência comunitária e as atualizações simbólicas da cosmovisão resultantes das missões ficaram ameaçadas ao perder importância em um novo contexto, propício a mudanças. (VAZ FILHO, 2010, p. 398).

Na aldeia de Muratuba era realizado as festas de santo, desde as missões que eram momentos para o exercício da gratuidade que estava relacionado as trocas de rituais da putáua (troca de alimentos), da alegria subversiva regada com muita beberagem, do canto, dança e da fogueira. Durante o puxirum ocorria momentos de trabalho coletivo, se constituía como espaço de convivência entre iguais, de comer e beber juntos, e de muita festa. O puxirum era o trabalho realizado em liberdade, sem o receio do castigo, que foi inaugurado nas missões, passou pelos diretores e chegou aos patrões do seringal. O puxirum refere-se a uma grande putáua de trabalho, comidas e amizades (VAZ FILHO, 2010, p. 398).

O puxirum era mais comum acontecer nos roçados, onde um ajudava o outro a roçar, capinar e plantar. Cada um levava vários tipos de alimentos da própria terra, além do tarubá[1], outra bebida de grande importância era o chibé feito à base de farinha de mandioca e água.

[1] Bebida derivada da mandioca que passa por um processo de preparação.

Vale destacar a realização da pajelança de muita importância para a aldeia, pois os padres só passavam pelas comunidades para fazer uma visita rápida e os pajés, os benzedores, os defumadores sempre ficavam prontos para dar assistência a quem precisar. Em meados do século XX todos esses pajés, benzedores, puxadores, defumadores, entre outros, acabaram perdendo espaço, devido o surgimento de novas maneiras de se tratar as doenças que até então eram somente tratados com remédios da terra (caseiros) (VAZ FILHO, 2010, p. 399).

As Mulheres gestantes eram assistidas pelas parteiras que tinham o dom para fazer esse trabalho, elas possuíam um conhecimento fantástico, faziam suas rezas, que chamavam de benzeção. Essas mulheres em sua maioria não sabiam nem ler e escrever (OLIVEIRA, 2012, p. 11). Hoje existem poucas parteiras na Aldeia de Muratuba, sendo que a maioria das mulheres grávidas não querem mais realizar seus partos através das parteiras da aldeia. No entanto elas ainda realizam a “puxação”, isto é, ajustar a criança na barriga da mãe para ficar na posição certa para nascer.

Atualmente na Aldeia de Muratuba ainda existem os que curam, que benzem que puxam e os que fazem as defumações, no entanto eles não são como os pajés de antigamente que eram considerados mais eficientes, pois quando sabiam que não iam conseguir curar informavam sem rodeios que não havia mais solução, tendo como exemplos os Pajés: Laurelino da Aldeia de Taquara e o Merandolino da Aldeia de São Pedro Rio- Arapiuns e a própria Santina que é nativa de Muratuba (VAZ FILHO, 2010, p.399).

Segundo Vaz Filho (2010):

> Se não há uma identidade pajeística no campo religioso, a pajelança é, todavia, o principal fornecedor de elementos para a construção e afirmação da identidade indígena na região. E isso ocorre em todas as *comunidades* e *aldeias* da região. Em algumas, como Muratuba, à margem esquerda do rio Tapajós, as práticas da pajelança e os curadores estão muito presentes. (VAZ FILHO, 2010, p. 404).

A aldeia Muratuba está passando pelo processo de etnogênese, não significa que ocorreu o esquecimento dos saberes culturais, no entanto, a prática foi deixada de lado, sendo que a partir dessa situação os aldeados estão tentando dar continuidade, ressignificando as tradições herdadas das gerações passadas e que hoje são manifestadas através da língua materna, da celebração do aniversário da

Escola Santa Luzia, semana dos Povos Indígenas, festa Junina denominada “Arraiá da Luluzinha”, festival do cajú, festividades da padroeira Santa Luzia acompanhadas da dança dos pretos, o levantamento e a derrubada do mastro, danças oriundas da cultura muratubense, como o Carimbó do Cajú, a dança Tupinambá com músicas de autoria local, dança do cacetinho, e o trabalho coletivo que envolve o puxirum através de prática de trabalhos comunitários (SILVA et al, 2012, p.17).

3.2 FUNCIONAMENTO DA ESCOLA INDÍGENA SANTA LUZIA

Em sua carta-referência a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegurou às comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada específica e bilíngue, além dos princípios educacionais dirigidos a toda a sociedade brasileira (igualdade de condições no acesso e permanência na escola; liberdade na aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação do pensamento, arte e saber, pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência das instituições de ensino; gratuidade do ensino público; garantia de padrão de qualidade e outros) (BRASIL, 1998, p. 32).

Nesse sentido, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Luzia fica na Aldeia de Muratuba atende aldeados oferecendo desde o pré-escolar ao1º até 9º ano do Ensino Fundamental. A luta por uma didática específica para uma eficiente educação escolar indígena vem acontecendo desde 2009, com a chegada do Modular indígena, mas a educação escolar diferenciada só começou a ser vista de fato em 2013, devido não ter professores especializados na área indígena. As disciplinas trabalhadas dentro da sala de aula são a língua Nheengatu e de Notório Saber (Saberes Tradicionais) que são ministradas pelos professores indígenas da própria aldeia formados no Magistério Indígena (Ensino Médio). Atualmente a professora Paulina está cursando o ensino superior, em Licenciatura em História através do (Intercultural) na Aldeia Carucí pólo Acadêmico da UEPA-Universidade Estadual do Pará, e o professor Enaldo cursa Geografia na Universidade Estadual do Pará (UEPA) pelo PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores.

A escola não ensina apenas os saberes escolares – como os conhecimentos científicos, e nem apenas a língua portuguesa falada no Brasil, mas agora colocaram como proposta pedagógica os seus próprios saberes culturais locais.

Desse modo, desde cedo as crianças começam a ver e a entender a sua própria cultura. Apesar de ter professores indígenas formados na área da educação, ainda não é o suficiente para suprir as necessidades da aldeia. Construir o perfil de um profissional que queira atender essa demanda é uma necessidade real considerando, inclusive, algumas características condizentes com essa nova necessidade educacional, sendo que uma delas seria a afinidade com a causa indígena, dominando conhecimentos sobre a temática, e possuir formação específica e/ou cursos e experiência na educação escolar indígena (RODRIGUES, 2009, s/p).

Percebe-se que fazer um currículo diferencial não é fácil, pois significa reformulação curricular. Mesmo com a Lei 11.645/08 que trás a obrigatoriedade do ensino de História e cultura dos povos indígenas e quilombolas em todos os âmbitos escolares tanto públicos quanto privados. (BRASIL, 2008, p. s/p) podemos perceber que a sua implantação é ineficaz, pois antes de os professores chegarem às salas de aula nas aldeias, é necessário que haja uma formação específica (indígena, de cultura e saberes) para que eles possam estar preparados para abordar em suas didáticas esses conteúdos.

Através da atuação do movimento indígena, os aldeados de Muratuba estão conseguindo ser protagonistas nas lutas pelos seus direitos e vêm mostrando para a sociedade que a dimensão dos direitos indígenas ganhou mais importância e respeito a partir da identidade étnica e a participação ativa da população indígena. Como afirmou a professora Paulina Gabriel dos Santos:

> Que a Aldeia ela é organizada né através das [...] organizações que tem a Aldeia [...] e sobre os benefícios que a gente está adquirindo, já adquiriu um pouco sobre a nossa Aldeia, principalmente sobre a Educação né, que hoje nós temos o Ensino Médio e [...] e também a gente já incluiu as [...] as duas disciplinas Notório Saber e Língua Nheengatu para ser trabalhada na Aldeia Muratuba.(SANTOS, 2017).

Na fala da professora Paulina Gabriel dos Santos é perceptível que a Escola Santa Luzia juntamente com a Aldeia de Muratuba tem se engajado bastante para conseguir o melhor para que a educação escolar indígena aconteça, isto é, ela destaca os benefícios que foram conquistados que veio só para somar na revitalização dos saberes que foram herdados.

Conforme o relato da professora Paulina Gabriel dos Santos:

> [...] Todos os moradores que moram na Aldeia se assumem como indígena, e eu como sou a professora de Notório, participo né [...] Ela exige da gente a participação e a gente participa de todos os movimentos que tem na Aldeia e também fora dela. (SANTOS, 2017).

O relato da professora Paulina Gabriel dos Santos reflete muito na realidade da Aldeia que hoje se mantém firme em assumir sua etnia indígena. De acordo com o último censo indígena realizado nos meses de agosto e setembro de 2016, todas as famílias da Aldeia de Muratuba se assumem como indígenas, tendo sido confirmados 157 cadastros, totalizando 459 indígenas entre adultos e crianças. (FUNAI, 2016).

De acordo com José Backes:

> Nessa luta, os movimentos indígenas têm se destacado uma escola intercultural, específica e diferenciada, voltada para a valorização de sua cultura e a afirmação de suas identidades, sendo que essa luta é protagonizada pelos próprios indígenas. (BACKES 2014, p.13).

Para se trabalhar o ensino de História em uma escola indígena, primeiro devemos conhecer o ambiente de trabalho e a população. Nenhuma proposta curricular poderá se efetivar sem um trabalho de investigação da realidade social de cada população, por isso é necessário analisar o “lugar” onde o processo educativo se efetivará (BITTENCOURT, 1994, p. 110).

Mas para que conheçamos uma escola indígena de uma forma mais clara, devemos nos perguntar o que realmente é uma escola indígena? O que difere uma escola indígena de uma escola não indígena? Para a gestora indígena Graciana Fernandes da Silva:

> Uma Escola indígena é [...] É no caso estou falando da Escola indígena Santa Luzia no qual eu faço parte é [...] É uma escola diferenciada, é uma escola onde se trabalha a cultura e os costumes da própria Aldeia, é tudo aquilo que aprendemos com os nossos antepassadas e também aqueles que ainda estão entre nós, e onde estuda somente alunos indígenas. A constituição nos assegura isso, mas [...] mas não é só assegurar essa e educação diferenciada**,** mas também acompanhar essa inserção. (SILVA, 2017).

Quando a depoente fala em acompanhar a inserção dessa educação escolar diferenciada, ela está destacando a falta de acompanhamento dessa educação por parte do município e da falta de suporte da Secretária de Educação.

De acordo com a Referência Curricular Nacional de Educação Indígena (RCNEI) no artigo 79, estabelece-se que as responsabilidades originárias da União devem estar compartilhadas com os demais sistemas de ensino, determinando procedimentos para o provimento da Educação Escolar Indígena e salientando que os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. Ainda neste artigo, está definido que os programas terão como objetivos fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena, manter programas de formação de pessoal especializado destinado à educação escolar nas comunidades indígenas, desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades, e elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 1996, p.33).

Infelizmente, na prática, isso não ocorre, principalmente na questão de elaboração de material didático diferenciado para que os professores possam ter uma base para programar suas aulas. Ainda assim, os professores da Escola Santa Luzia se esforçam para a elaboração de alguns materiais. Esse material deve ser elaborado com a presença dos professores indígenas e lideranças de cada Aldeia.

É fundamental ressaltar a diferença entre educação indígena e educação escolar indígena, pois, educação indígena não é o mesmo que educação escolar indígena, isto é, não é somente na escola que aprendemos algo, mas fora dela também se aprende como, por exemplo, em casa com os pais, com os avós entre outros. Para entendermos a educação entre os povos indígenas partimos de um pressuposto básico de que os povos indígenas possuem pedagogias próprias e que todas são de grande valor para nortear e/ou orientar os trabalhos escolares. E mais, que cada povo, ou seja, que cada etnia possui seus próprios meios de aprendizagem, e que a escola, porém não é o único espaço educativo (RODRIGUES, 2009, s/p).

De acordo com Bittencourt:

> Nos últimos anos, tem sido desenvolvido pela maioria dos grupos indígenas um movimento pela manutenção de sua identidade social,

> cultural e étnica. Trata-se, no entanto, de uma forma de resistência diferenciada de outras épocas, verificando-se uma enorme capacidade desses povos em manter sua identidade, sem se isolar do contato com os brancos, mas, ao contrário, buscando formas de aproximação com as quais seja possível incorporar e dominar aspecto da cultura dos grupos dominadores. Para a maior parte dos grupos indígenas que tem procurado a preservação de suas culturas, esta afirmação de identidade tem sido entendida por eles como uma forma de luta política para manutenção de suas terras e direitos de autodeterminação. (BITTENCOURT, 1994, p. 105).

Visando a preservação de saberes que foram herdados é importante salientar que os profissionais da escola indígena Santa Luzia estão em busca de qualificação para que haja uma educação de melhor qualidade. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirmou alguns pontos já apresentados na Constituição Federal e foi mais além, citando pela primeira vez o estabelecimento de uma “educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas”, com currículo, projeto pedagógico, material didático e formação específica de professores (BRASIL, 1998). Favorecendo assim a preservarão da identidade nas aldeias indígenas. Na Escola Santa Luzia todos os professores do Ensino fundamental de 1º ao 9º ano são indígenas, dos quais a maioria está iniciando ou até mesmo terminando o Ensino Superior para que posteriormente o quadro docente seja formado apenas por professores indígenas.

3.3 FORMAS UTILIZADAS PARA O REPASSE DOS SABERES TRADICIONAIS

Observa-se hoje que a “indianização” das escolas nas aldeias, por meio de práticas que buscam na memória, na tradição, nos saberes ancestrais e no ensino de história a afirmação de suas identidades étnicas, fazendo dessa instituição e das práticas que nela desenvolvem possíveis aliadas de luta. (BERGAMASCHI & MEDEIROS, 2010 p.55).

A preservação da cultura vem sendo cada vez mais trabalhada com os alunos, para que cresçam aprendendo e defendendo a história de seu povo que é contada de diversas maneiras seja pelo professor, pai, ou pelos mais velhos, contribuído bastante para fortalecer a oralidade e os saberes culturais na aldeia. E uma das formas encontradas para essa ressignificação foi a chegada da Língua Nheengatu na escola. Como diz Enaldo Colares, professor da Língua Nheengatu:

> A disciplina Nheengatu ela é, ela é uma disciplina que em 2007 quando nós começamos a fazer o Magistério Indígena a gente, é já se falava na língua Nheengatu que um dia viria para sala de aula né, e em 2011 começou nas escolas a Língua Nheengatu, apenas em sete Aldeias, e hoje se não estou enganado a Língua está em 74 Aldeias, mas tem muitas palavras que nunca saíram do nosso vocabulário, todo tempo esteve no nosso vocabulário, e o Nheengatu a cada ano a gente vai avançando, mais a esperança é ter um avanço maior ainda né. (COLARES, 2017).

O fato de a disciplina estar há pouco tempo em sala de aula não implica que os alunos são menos indígenas, como dito acima pelo professor Enaldo Colares, pois tem palavras que nunca saíram do vocabulário deles, e a disciplina Nheengatu que ensina a falar língua materna só veio para fortalecer ainda mais essa identidade cultural.

De acordo com Freire:

> O Nheengatu, “uma das línguas de maior importância histórica no Brasil”, foi à língua majoritária da Amazônia durante todo o período colonial, estendendo sua hegemonia até a primeira metade do século XIX. Manteve o contato permanente, através de seus falantes, com as outras línguas indígenas e com o português, o que deixou marcas e influencias mútuas bastante significativas. Durante três séculos, índios, Mestiços, negros e portugueses trocaram experiências e bens nessa língua que se firmou como língua supra étnica, difundida amplamente pelos missionários por meio da catequese (FREIRE, 2009, p. 32).

Na sala de aula a língua materna Nheengatu é utilizada pelos professores, para o progresso desse processo como já foi dito. Segundo o relato do professor Enaldo Colares:

> A forma que a gente trabalha que tem na Aldeia, cada ano ela avança mais e pra minha Aldeia ela não é diferente, ela vem só aumentando na escola, e os alunos gostam da Língua Nheengatu né, então cada ano eles já aprendem mais (COLARES, 2017).

De acordo com o depoente a forma como ele está trabalhando com os alunos está dando resultado, e percebe-se que não estão medindo esforços para fazer o melhor nesse trabalho. No entanto ainda há longa caminhada pela frente, e ainda tem muito que se fazer. Sobre essa questão o professor acrescenta*:*

> A metodologia que eu trabalho elas são diversificadas, e para cada série é tem uma metodologia diferente, por exemplo, para o Pré- I e Pré II, primeiro ano e segundo ano a gente incentiva muito à questão da musiquinha né, a cantar, a falar algumas palavras e mostrar pra eles que algumas que nós já falamos são em Nheengatu. Já no 6º ano que são as séries mais avançadas à gente faz a conversação em Nheengatu, e a gente canta músicas, a gente trabalha a conjugação dos verbos, então são essas entres outras metodologias que utilizo na sala de aula com meus alunos. (COLARES, 2017).

Conforme podemos perceber, para cada série o professor utiliza métodos diferentes de ensino e aprendizagem, do mais simples ao mais avançado, sempre procurando novas formas de ser trabalhada a Língua Materna, para que realmente os alunos possam aprender e utilizar na vida cotidiana.

Existem muitas possibilidades, diversas sugestões, diversos produtos culturais como o passado se faz presente dentro da sala de aula com os alunos, existem diversos produtos que fazem parte do nosso cotidiano e principalmente da vida dos alunos como, por exemplo, levar os alunos para uma exposição de museu, trabalhar com literatura, trechos de novela e filmes, fotografias, ou seja, divulgar a História por meio da estética e política. É válido destacar que o professor Enaldo está levando um desses produtos culturais para dentro da sala de aula, utilizando a música para ensinar aos seus alunos a Língua Nheengatu.(ROCHA, 2014, p. 46)

Rocha afirma que:

> Tornar a aula mais atraente para os alunos também está presente em suas justificativas, o que também pode explicar o movimento em busca de diversificação. Afinal, a percepção docente dos alunos desinteressados ou apáticos acaba funcionando que busquem uma alternativa para a rotina escolar por meio da novidade, do que não é habitual e ainda pode ser agradável ensejando seu movimento. Outra justificativa para tais usos está na busca de proporcionar experiências culturais diversificadas para os alunos, já que muitos deles não têm a oportunidade de conhecer determinados produtos culturais. Assim essa busca estaria respaldada em uma percepção docente de lacuna em sua bagagem cultural. (ROCHA, 2014, p.47- 48).

Quando se fala em saberes e práticas não significa que se refere somente à Língua Nheengatu, mas também a outros tipos de saberes como os costumes, as crenças e a origem do povo da Aldeia Muratuba, ou seja, tudo que é feito na aldeia. Todos esses saberes em grande maioria foram repassados pelos seus antepassados**.**

De acordo com Bergamaschi e Medeiros:

> Os velhos são as nossas bibliotecas, repetem os professores indígenas quando discutem à escola indígena e os conhecimentos que devem também perpassar seus currículos. Em sociedades orais, a memória é evocada e recriada permanentemente, mas é no presente que as lembranças e os esquecimentos adquirem significados e no presente que os saberes ancestrais são recriados, por meio das palavras de quem transmitem esses saberes, em geral pessoas mais velhas da comunidade, também reconhecidos como "guardiões da memória**".** **(**BERGAMASCHI & MEDEIROS, 2010, p. 65).

O documento final da I conferência da educação escolar indígena (2009) no terceiro tópico das diretrizes para a educação escolar indígena aborda que a participação dos sábios indígenas nas escolas, independente de escolaridade, deve ser reconhecida como professor por notório saber para fortalecer valores e conhecimentos imemoriais e tradicionais, conforme as propostas curriculares das escolas, garantindo recursos necessários para sua atuação docente, quando for solicitada (BRASIL, 2008, p.10).

É atrás de saberes de pessoas mais velhas, que a professora Paulina está buscando valorizar e priorizar, pois é de suma importância trabalhar isso na sala de aula com as crianças. Segundo a professora Paulina Gabriel dos Santos:

> Eu uso o teçume [refere-se a tecer], né. O teçume da cesta da palha, o paneiro da tala do curuá, o balaio [tipo de cesta] da tala do caraná é [...] é eu também trabalho com a medicina caseira já que livrou muita gente dessa gripe grande que teve aqui né, e a gente tem um projeto no terreiro da escola, fizemos uma horta, a gente já plantou vários tipos de remédios também né, e quando alguém fica doente com uma gripe, tosse, dor de cabeça, e outras doenças, a gente pega lá o remédio e faz pra pessoa, e é suficiente.(SANTOS, 2017).

Mas, não é somente esse tipo de metodologia que a professora leva para ser trabalhada com seus alunos dentro da sala de aula, ela trabalha também fora do ambiente escolar, esse é um fator que acaba contribuindo bastante para o aprendizado do aluno, como ela própria diz que a maioria das aulas são feitas na área da escola, no terreno da escola, ou seja, são aulas teóricas vinculadas a prática. Segundo a professora de Notório Saber*:*

> Trago os idosos agora né para dentro da sala de aula, é eu comecei trabalhar ano passado assim, porque era difícil a gente tirar os alunos de dentro da sala né, e eles são muitos né sabe, mas é sempre bom fazer alguma coisa fora da sala, mas como não deu

> muito certo a gente ir até a casa deles, mas fica mais fácil eles virem para a sala de aula. Eles gostam muito da participação dos idosos, perguntam e assim são uns alunos criativos, querem perguntar né, seu Pinheiro foi um dos que participou da aula, ele falou sobre a Ponta dali do Marinho né, porque Marinho? Porque ele diz que antigamente tinha um cavalo que se enjeirava lá né e era o cavalo Marinho né, então tudo isso ele contou pra eles. (SANTOS, 2017).

Sabemos que mediante esse contexto é de extrema importância à presença dos idosos dentro da sala de aula, pois é através deles que os alunos desde cedo começam a ter respostas e questionamentos de quem são? E meus avós quem são e/ ou quem foram?

Conforme Referencial Curricular Nacional para escolas Indígenas:

> No estudo da História de cada povo, o professor deve priorizar a História tal como é contada pelos que ali vivem. Deve ter claro que, entre vários povos, mesmo as crianças já têm contato com a história de seu grupo, por intermédio dos pais, avós e outros que, na aldeia, se encarregam de contá-la. (BRASIL, 2008, p. 207).

Como podemos observar, o professor deve levar em consideração o conhecimento prévio dos alunos, pois todos tem uma história para contar, as crianças é um exemplo disso.

A professora Paulina Gabriel dos Santos continua seu relato dizendo que*:*

> Trabalho com eles também né sobre as oferendas dos rituais, quais são as partes né, as danças pra que serve, e também a gente já tá fazendo a aula prática né e cada turma apresenta, aqui dentro aqui na escola, aqui na área da escola que [...] que a gente faz né eles apresenta também as danças, as musicas, os rituais, olha agora agente vai apresentar com a turma da manhã do 3º e do 4º ano, vamos apresentar um ritual bacana que a gente está programando. E o bacana mesmo é ouvir o canto deles, porque eles cantam mesmo, cantam com vontade (silêncio) então é isso que motiva a gente trabalhar com esses alunos e eu gosto de trabalhar e posso dizer que está dando resultado. (SANTOS, 2017).

Essas pedagogias tradicionais, sem dúvida, tem uma enorme contribuição na formação de uma política e prática educacional adequada, capaz de atender os interesses, anseios e necessidades dos povos indígenas, que hoje assumem e reivindicam o processo escolar como um espaço que colabora nas suas lutas e projetos próprios. Quando falamos de saberes tradicionais, refere-se aos saberes tradicionais locais, ou seja, aos conhecimentos dos indígenas que está ligada a

cultura e as práticas sociais que são desenvolvidas pelos indígenas (RODRIGUES 2007, s/p).

E entre saberes/conhecimentos tradicionais, é que muitos são compartilhados com outras Aldeias. Segundo Pinho e Pinheiro, a cultura é um conjunto de saberes partindo da ideia de soluções encontradas por uma sociedade para resolver os problemas que surgem durante sua existência coletiva e que é transmitida de geração para geração através da educação. No decorrer de toda essa pesquisa, segundo os relatos dos depoentes, pode-se perceber que a educação escolar indígena está no caminho certo, mas ainda tem um árduo e longo caminho a ser enfrentado (PINHO e PINHEIRO, 2014, s/p).

Com objetivo de tornar-se cada vez mais intenso esse processo de aprendizagem sobre os saberes tradicionais dos alunos da Aldeia de Muratuba foi criado o Projeto “Atividades Práticas dos Assuntos Estudados”, Em agosto de 2016 deu-se inicio a esse projeto que funciona da seguinte maneira: ao final de cada mês os alunos da Escola fazem exposições, colocando em prática o que aprenderam dentro da sala de aula sobre a Língua Nheengatu, Notório Saber e as demais disciplinas e essas atividades são feitas através de músicas, poesias, pequenas frases e diálogos entre os alunos, além da produção de remédios caseiros como o xarope. Essas atividades também são feitas em forma de gincana.

Essa foi uma maneira encontrada pelos professores para a revitalização dos saberes herdados, sem falar que também é uma forma de ajudar os alunos a assimilar mais intensamente os assuntos, e minimizar a timidez para que possam se expressar melhor, como também adquirir conhecimento sobres os seus antepassados e repassar daqui há alguns anos para as futuras gerações. De acordo com o professor Enaldo Colares*:*

> É uma forma de preparar os alunos para os desafios é [...] é da vida em sociedade, porque se o aluno ele [...] Ele consegue é [...] assimilar alguma coisa da Língua ou Notório, a gente fica feliz, porque a gente percebe que está progredindo e que as crianças quando estiverem maior já tem como se defender da vida é [...]é em sociedade. A Língua está na Constituição Federal, do momento que o aluno tem o conhecimento que a nossa Língua está na Constituição é [...] é a gente pode avançar muito mais. (COLARES, 2017).

Para o professor Enaldo Colares, o fato da Língua Materna ser assegurada pela Constituição ele sente mais segurança em ensiná-la a seus alunos. Trabalhar o ensino de História para as populações indígenas é um enorme desafio para qualquer um que pretenda enfrentar esta árdua, mas atraente tarefa. Pode- se perceber que a escola Santa Luzia, juntamente com os professores e o apoio dos aldeados, não está medindo esforços para que o processo de ressignificação venha acontecer na Aldeia, mesmo reconhecendo que este é um passo de uma longa e difícil jornada em busca da excelência na formação social e profissional dos moradores da Aldeia.

Mesmo sem a demarcação das terras, sem atendimento educacional e de saúde, os índios de Muratuba ainda prosseguem afirmando-se índios, mais fortalecidos. É válido ressaltar a importância das escolas indígenas na região. A experiência tem mostrado que nas aldeias e comunidades onde as escolas indígenas funcionam, as famílias aceitam e se envolvem efetivamente, na reconstrução da sua identidade indígena e revalorização da sua cultura como indígena (VAZ FILHO, 2010, p. 53).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou destacar o processo de etnogênese que vem ocorrendo através da valorização da identidade local protagonizada pela aldeia de Muratuba que tem como referência a reorganização étnica. É perceptível que a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Luzia juntamente com os Aldeados estão utilizando diversas formas para implementar a didática nas salas de aula, a fim de que se tenha uma educação que também dê ênfase aos saberes e práticas tradicionais.

Pode-se constatar que as disciplinas da Língua Nheengatu e Notório Saber são utilizadas como ferramentas para o repasse dos saberes tradicionais, possibilitando o ensino da língua mãe e dos saberes tradicionais que fazem parte da história e cultura local. Pude perceber na fala dos professores indígenas que através dessas disciplinas trabalhadas em sala de aula, possibilita o aumento da possibilidade desse processo andar mais rapidamente mais não quer dizer que seja fácil, pois existe um longo e árduo caminho a ser enfrentado, mas se tivessem o apoio das instituições governamentais, se acompanhassem essa inserção como a gestora Graciana falou seria diferente, mas apenas fazem a implantação e pensam

que já resolveram a questão. E trabalhar com memoria não é nada fácil, pois sabemos que geralmente a maioria dos entrevistados não querem falar abertamente sobre determinado assunto ou até mesmo acabam sendo esquecidas.

A ressignificação do papel da escola e da educação indígena é um dos marcos importante para que povos indígenas se apropriem dessa estrutura exterior a sua cultura e a transformem em um dos principais espaços de fortalecimento da sua identidade, costumes e tradições. A conservação dos valores tradicionais nas escolas das aldeias indígenas tem sido realizada por meio de práticas que buscam na memória suas tradições ancestrais, afirmando suas identidades étnicas. Para finalizar pude perceber que a memoria dos nossos antepassados ainda continua muito presente nas nossas vidas, por que a maior a riqueza que um povo pode ter são as raízes culturais e através dessas raízes que temos uma identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Celestino. "**Os índios na história do Brasil**" Revista Brasileira de História, v. 30, n. 59, p. 279-282, 2010.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3ºEd. FGV.Rio de Janeiro, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de historia para populações indígenas. **Em Aberto,** Brasília, n.63, p.105-116, jul.-set. 1994.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, 2010.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Congresso Nacional, dezembro, 2005.

BRASIL, MEC. Lei nº de 2008. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11.645.htm#art1 >. Acesso em 15 out 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília**, MEC/SEF, 1998.

BACKES, José Licínio. A escola indígena intercultural: espaço/tempo de afirmação da identidade étnica e desconstrução da matriz colonial**.** ***Interações***, Campo Grande, jan.-jun. 2014 p. 13- 19.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**: In: o status da historia oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8.ed v. 6, 2006, p. 07 – 277.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradução e interculturalidade: o passarinho, a gaiola e o cesto**. Alea: Estudos Neolatinos**, v. 11, n. 2, p. 321-338, 2009.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Funai Censo Indígena**, 2016 Disponível em: www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge

MONTEIRO. John Manuel. Entre o Etnocídio e a Etnogênese; Identidades Indígenas Coloniais. In: **Tupis Tapuias e historiadores**. Tese de livre docência. Campinas, 2001, p. 53- 78.

LIMA, Pablo Luiz; CARIE, Nayara Silva. Narrativas Maxakali: possibilidades para o ensino de cultura e história indígena**. Educação em Revista**, v. 29, n. 3, 2013.

LUCIANO, BANIWA Gersem dos Santos. Quem são e quantos são os índios no Brasil. In Colocar ai **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 26- 55.

OLIVEIRA, Antônio. **Conhecer a vida é viver a vida. Santarém,** 2012.

PINHEIRO, Ricardo & SILVA Fátima Pinheiro de Aguiar. Cultura indígena na sala de aula: Uma experiência de Currículo Integrado. Congresso de Educação Básica, COEB: 2014 p.01-10.

RODRIGUES, L. H. **Perfil do professor não índio para medir o processo ensino aprendizagem dos alunos indígenas de Mato Grosso**, 2009. Disponível em <http.www.seduc.mt.gov.br>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

ROCHA, Helenice. A presença do passado na aula de História**.** In: Magalhães, Marcelo [et. Al]. (org.). **Ensino de História: usos do passado memória e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 33 – 52.

SÁ, Maria; SILVA, Maria. **Saberes e praticas culturais indígenas na educação escolar indígena: o caso dos índios tentehar da aldeia Juçaral.** Belém: editora FAPEMA 2014, p. 14- 231.

SILVA, Agostinho et al. **Prazer em conhecer a aldeia de Muratuba. .Centro de Estudos avançados de promoção social e ambiental**. Santarém-Pará, 2012

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

VAZ FILHO, Florêncio. **A emergência étnica de povos indígenas no baixo rio Tapajós, Amazônia.** 2010

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação. Nº 23 Especial**. Maio/jun/jul/ago 2003. Rio de Janeiro: ANPED, 2003 (p. 156-158).

PROFESSORES

COLARES, Enaldo, Tupinambá - Aldeia Muratuba, professor do Magistério Indígena. Entrevista concedida em 20/05/2017 na área da Escola indígena Santa Luzia.

SILVA, Graciana Fernandes, Tupinambá - Aldeia Muratuba, gestora. Entrevista concedida em 20/05/2017 na área da Escola indígena Santa Luzia.

SANTOS, Paulina Gabriel dos, Tupinambá - Aldeia Muratuba, professora do Magistério Indígena. Entrevista concedida em 20/05/2017.

ANEXOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO- ICED
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

SABERES E PRÁTICAS NA ESCOLA INDÍGENA DA ALDEIA INDÍGENA DE MURATUBA

Termo de autorização da divulgação da entrevista

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista concedida por mim ao projeto de TCC "Saberes e práticas na Escola indígena da Aldeia de Muratuba" em 20 de maio de 2017, perante a pesquisadora Franciana Fernandes da Silva

a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PÁ, 20 de maio de 2017.

Arnaldo Colares
Assinatura do entrevistado (a)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO- ICED
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

SABERES E PRÁTICAS NA ESCOLA INDÍGENA DA ALDEIA INDÍGENA DE MURATUBA

Termo de autorização da divulgação da entrevista

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista concedida por mim ao projeto de TCC "Saberes e práticas na Escola indígena da Aldeia de Muratuba" em 25 de junho de 2017, perante a pesquisadora Franciana Fernandes da Silva

a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PÁ, 25 de junho de 2017.

Graciana Fernandes da Silva
Assinatura do entrevistado (a)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO- ICED
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

SABERES E PRÁTICAS NA ESCOLA INDÍGENA DA ALDEIA INDÍGENA DE MURATUBA

Termo de autorização da divulgação da entrevista

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista concedida por mim ao projeto de TCC "Saberes e práticas na Escola indígena da Aldeia de Muratuba" em 20 de maio de 2017, perante a pesquisadora Franciana Fernandes da Silva.

a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PÁ, 20 de maio de 2017.

Paulino Gabriel dos Santos.
Assinatura do entrevistado (a)